

ELÍSIO ESTANQUE

Assistente Estagiário
da Faculdade de Economia
da Universidade de Coimbra

A TROPA DE ELITE: MITOLOGIAS E REALIDADES Contribuições para um estudo de caso — os comandos *

139

O presente texto propõe-se contribuir para o estudo da unidade militar «Os Comandos», entendendo-os na sua articulação com a Instituição Militar e a Sociedade Civil. É preocupação do autor analisar como é que esta tropa de elite se tem comportado perante as transformações sociais e políticas ocorridas na

sociedade portuguesa desde 1974 (incluindo o fim da Guerra Colonial) e até que ponto persistem no seu imaginário os valores militares tradicionais (patriotismo, lealdade, heroísmo) depois da emergência dos valores democráticos e profissionais, que introduziram um novo tipo de relacionamento civil-militar.

O ponto de partida para este texto inseriu-se inicialmente num projecto mais vasto de análise comparativa das várias forças militares «especiais» em Portugal (Comandos, Para-quedistas e Fuzileiros). Tendo o mesmo sido interrompido por circunstâncias várias, decidi-me, apesar disso, à trazer a público alguns elementos desse trabalho, iniciado no Regimento de Comandos em Julho de 1985 (nessa altura ainda no âmbito de um trabalho académico de fim de curso no ISCTE), esperando com isso contribuir para o conhecimento de uma corpo militar muito comentado publicamente, mas em grande medida ignorado do lado de cá da fachada.

Concebidos como uma tropa altamente treinada para acções ofensivas anti-guerrilha contra os movimentos de libertação das ex-colónias, os comandos viram a sua existência rapidamente legitimada e glorificada perante a Nação. Apontados como o exemplo máximo de eficácia no combate aos «turras», os seus «feitos heróicos» foram propagandeados

«Foi o único a ouvir o ruído dos corpos roçando o capim, levantou a cabeça devagar, distinguiu o sobe e desce de vários balaaios à cabeça de mulheres transportando os filhos amarrados com panos às costas, alguns poucos homens de catanas ao ombro. A sua oportunidade estava ali, os outros adormecidos e ele ia matar! Onde já se vira um comando a sério que não tivesse morto ninguém?»

Carlos Vale Ferraz,
Nó Cego

* Este texto beneficiou dos comentários e sugestões dos membros do Núcleo de Ciências Sociais da FEUC e do colectivo redactorial da RCCS, a quem agradeço o estímulo e apoio recebidos. No levantamento empírico participaram também os colegas: Ana Paula Nunes, João Camarate e Rosa Maria Parkinson.

pela doutrina oficial salazarista, ao longo dos últimos anos do colonialismo português. A sua acção no terreno de combate serviu assim de alimento simbólico à auto-estima, coesão interna e espírito de corpo, traduzidos na sua insígnia: «A Sorte Protege os Audazes».

Pode, pois, afirmar-se que a guerra colonial justificou a existência dos comandos, quer perante si próprios, quer perante a sociedade. Ora, uma vez desaparecida a sua principal razão de ser, será oportuno perguntar quais os novos factores que vêm permitir a preservação dum corpo militar «de elite» destinado a combater um inimigo que já não existe.

Mas, mais do que analisar as causas que levaram à manutenção dos comandos no Portugal pós-colonial, tentarei antes partir do facto real da sua existência hoje, para *investigar em que medida a institucionalização da democracia e as transformações sociais entretanto ocorridas introduziram alterações no seio deste corpo militar.*

Quais as novas fontes de justificação resultantes do novo enquadramento político-social? Até que ponto persiste ainda nesta unidade operacional a ideia mítica das missões de combate em África, que tanto alimentaram a sua glória? Em que campos é possível agora escarpelizar um capital simbólico que possa ser ostentado perante a sociedade como prova da especificidade destes combatentes altamente treinados para a guerra? Que indícios se podem detectar no interior deste corpo militar da sua capacidade de readaptação face a uma sociedade cujo modelo organizativo se afasta cada vez mais daquele que lhe serviu de berço?

Uma vez colocadas estas interrogações, importa esclarecer que a sua importância se traduz mais na perspectiva analítica e linhas de orientação adoptadas do que nas respostas que suscitam. De facto, dada a complexidade destas questões e as limitações inevitáveis de uma análise necessariamente exploratória, não é possível captar na globalidade a realidade multifacetada que as suporta. Trata-se, portanto, de contribuir para visualizar alguns aspectos julgados significativos na resposta às questões acima referidas.

Tratando-se de uma abordagem centrada nas relações entre a instituição militar e a sociedade «civil», irei por isso socorrer-me de um instrumento teórico que tem inspirado muitos estudantes sobre esta temática: é o conceito de *relacionamento civil-militar*, que tratarei sumariamente no ponto seguinte, procurando aproximá-lo da perspectiva que adoptei, de considerar o ponto de vista dos actores concretos desta unidade militar.

Os «comandos» constituem uma unidade muito pequena, se comparada com a instituição militar global onde estão

inseridos; por sua vez, esta última é igualmente uma unidade reduzida, que não se pode desligar das outras instituições estatais, as quais são parte do sistema mais vasto que é a sociedade.

A ilustração serve apenas para sublinhar a ideia de interdependência entre sistemas e sub-sistemas. Apesar desta constatação, não deixa de ser possível e legítimo, em termos analíticos, separar diferentes lógicas organizativas e orientações colectivas, ainda que estreitamente relacionadas. Assim, *Comandos/Instituição Militar/Sociedade*, poderão ser analiticamente entendidos como actores sociais separados, com lógicas e orientações próprias, embora se trate de diferentes níveis de uma realidade única e complexa.

Se admitirmos um procedimento metodológico deste tipo, é então possível encaminhar a análise do seguinte modo:

— Qual a percepção que estes militares têm de si próprios?

— Qual a sua orientação face à sociedade?

— Qual a orientação da sociedade face aos comandos?

— Qual a sua função no conjunto da Instituição Militar global?

No presente texto irei dedicar uma maior atenção às duas primeiras dimensões, embora não deixe de fazer algumas referências ao terceiro aspecto. Assim, começarei por situar brevemente o conceito de «*relacionamento civil-militar*», para, a partir daí, tentar uma aproximação à realidade portuguesa. Nesse sentido, irei recorrer às contribuições de C. Moskos, nomeadamente à sua teoria do «modelo plural» de organização das Forças Armadas nas sociedades democráticas ocidentais. A adaptação desta teoria à instituição militar portuguesa obriga-nos a ter presente a sociedade global onde esta se insere, em particular os aspectos concretos que lhe conferem a especificidade própria de uma formação social situada na Europa, mas cujo estatuto «semi-periférico»⁽¹⁾ deriva em grande parte da ligação umbilical com África, quer no período colonial, quer agora com os novos países.

Organização, profissão e ideologia são categorias conceptuais tradicionalmente utilizadas pela produção científica centrada na chamada área da «Sociologia Militar». Embora tendo presente a importância dessas três dimensões, ao abordar a instituição aqui em causa, não irei proceder a nenhuma separação formal entre elas, antes tomarei como pano de fundo o conceito de relações «civis-militares». Mas

2 — Tradição e Modernidade na Instituição Militar: As relações Civis-Militares

⁽¹⁾ Sobre o conceito de semi-periferia aplicado à sociedade portuguesa, ver Santos (1985b). Veja-se também Fortuna (1984).

se de facto se trata de reflectir sobre um corpo militar específico, inserido num espaço físico bem definido (o quartel), procurando articular as dimensões interna e externa, há que notar que o «civil» e o «militar» não constituem realidades totalmente distintas, como parece indicar o referido binómio.

Por um lado, o problema do relacionamento civil-militar remete-nos para a herança que o Estado burguês nos legou desde a sua fundação e que se traduziu na consagração da ideia de que as Forças Armadas são um corpo «à parte» — mecanismo ideológico que as classes dominantes exploram, reproduzindo até aos nossos dias o divórcio e a ignorância mútua entre duas «esferas», sociologicamente interligadas, mas oficial e ideologicamente tidas como separadas.

Por outro lado, este conceito sugere um outro problema, que nos envia para a questão da oposição Militar/Político e reflecte as tensões, sempre presentes nas sociedades democráticas ocidentais, entre a elite política e a militar, como consequência da adopção da fórmula de Clausewitz, de acordo com a qual o ponto de vista militar deve submeter-se ao político⁽²⁾. Este tema, não obstante a sua importância e actualidade na sociedade portuguesa, fica no entanto fora das preocupações da presente abordagem, mais centrada na questão da profissionalização do corpo de oficiais desta unidade e dos efeitos, quer ao nível da ideologia («institucional») quer da organização («corporativa»), induzidos pela nova dinâmica social gerada em clima de paz e democracia política.

Na realidade, embora situados no campo das relações civis-militares, estamos aqui a procurar abranger campos de relações sociais que transcendem o binómio militar-político. Entendendo o militar ao nível da sua vivência no interior da instituição, absorvendo os valores e rituais que lhe são próprios, ele não deixa de ser ao mesmo tempo veículo de «habitus» resultantes de diferentes trajectórias sociais, os quais se traduzem em práticas que, a prazo, não deixarão de produzir alterações à dinâmica institucional, não obstante os efeitos de acomodação/submissão que a condição militar tende a impor-lhe.

A condição militar é pois um ponto de encontro entre o Estado e a sociedade civil, um campo e um mecanismo de interpenetração entre valores «sociais» (rurais e urbanos) e

(2) Referindo-se a esta questão nos E.U.A., Smokovitis afirma, «... os políticos atribuem geralmente estreiteza mental e pedantismo profissional aos militares, enquanto estes consideram que a responsabilidade das suas dificuldades se deve à interferência política». (1984:106) Também W. Mills refere a permanente influência política da elite militar, quer por iniciativa própria, quer pela «omissão civil» (1956/1981:239).

«estatais» (civis e militares) com todos os seus efeitos refractados nos diversos domínios da vida social.

Sabemos, no entanto, que, tal como noutras sociedades mais avançadas, a «condição militar» acompanhou as mutações económicas, políticas e culturais que entre nós tiveram lugar nas últimas décadas. Mudanças por vezes muito lentas, quase imperceptíveis (período colonial até final dos anos 60), por vezes talvez demasiado rápidas e vertiginosas para serem acompanhadas pelo conjunto das instituições (período revolucionário até Novembro de 1975), mas que, nos seus diferentes ritmos e temporalidades, não deixaram de transpor os muros dos quartéis, quer de fora para dentro, quer de dentro para fora.

143

No caso dos comandos, cuja criação data de 1962, podemos distinguir três períodos: 1) *Período de afirmação e conquista de prestígio*, pela sua acção na Guerra Colonial, que vai até à descolonização; 2) *Período de convulsão interna*, que acompanhou a crise revolucionária de 1974/75 até ao 25 de Novembro; 3) *Período constitucional de adaptação* à sociedade democrática, de 1975 até hoje (Santos, 1985-a). Tratando-se embora de três temporalidades distintas, é de crer que elas tenham confluído simbolicamente na *consciência colectiva* deste corpo militar, num efeito de refacção diferencial, produzindo e alternando nivelamentos e clivagens, em readaptações mais ou menos lentas, dando origem em cada conjuntura histórica a configurações práctico-ideológicas mais ou menos coerentes com a sua tradição.

Assim, será possível adiantar, a título de hipótese, que o primeiro destes períodos, o período da consagração institucional e social, tem, ainda hoje, uma importância mítico-simbólica superior à das outras temporalidades, as quais a esse nível (simbólico) são ainda parte do universo desta instituição, constituindo importante factor de coesão, além do mais porque o modelo de organização de base se mantém praticamente idêntico. Considerando estes três momentos da história da «instituição comandos», poder-se-á proceder à sua articulação com o «modelo-plural» de Charles Moskos (Moskos: 1984), introduzindo ao mesmo tempo a problemática da profissionalização do corpo de oficiais e tendo presente as características organizativas desta tropa de combate.

A necessidade de isolamento e neutralidade dos militares face aos valores da sociedade constitui, para autores como S. Huntington, a condição e garante da democracia política, através de um desenvolvimento «neutro» da profissão militar, submetida ao «controlo civil objectivo» (Huntington cit. in Moskos, 1984:297). Esta ideia, embora sendo dominante nas democracias ocidentais, tem vindo progressivamente a ser

questionada, face à crescente penetração nos exércitos modernos da vertente tecnológica, da inovação técnica no armamento e dos novos métodos de gestão burocrática no sector administrativo. O desenvolvimento da indústria bélica implicou um salto qualitativo nas preocupações dos militares, «passando do exercício da contraviolência, à *detenção da violência*, tendo como consequência o enfraquecimento da distinção entre actividades militares e civis». (Lang, 1972:56).

Ora, esta aproximação a um profissionalismo de tipo civil, pela via do desenvolvimento técnico, vem juntar-se à existência de exércitos profissionais em regime de voluntariado (modelo adoptado nos E.U.A. após a derrota no Vietnam), passando assim os factores de ordem material e de mercado a ganhar peso em face dos valores tipicamente militares, como Honra, Dever e Pátria. É com base neste pressuposto que Charles Moskos elabora uma tipologia da organização militar, contemplando situações que vão desde a clara diferenciação entre a sociedade global e as Forças Armadas — *modelo institucional* ou *divergente* — até ao sistema militar cuja estrutura de funcionamento se aproxima fortemente da que vigora nas instituições civis — *modelo ocupacional* ou *convergente*.

A presença destes dois factores em simultâneo nos exércitos das sociedades democráticas conduz ao que este autor designa como *modelo plural* ou *segmentado*, considerando que a instituição militar tende, nestas sociedades, a fragmentar-se, ou seja, a admitir no seu seio unidades organizativas de tipos muito diferentes. Assim, enquanto os sectores das Forças Armadas como a Força Aérea e a Marinha (além das repartições administrativas, gabinetes de estudo, etc), que apelam mais para a dimensão técnica, tendem a aproximar-se do modelo *ocupacional*, «as unidades de 'elite' das forças de combate (...) continuarão a cultivar os ideais da honra militar, a mística das forças armadas e a virilidade», (Moska, 1984:305), identificando-se portanto com o modelo *institucional*. Desta afirmação não deveremos no entanto concluir que a demarcação entre estes dois tipos organizativos é simples e directa, pois qualquer que seja o grau de aproximação a um ou a outro, coexistem no seio de cada unidade ambas as tendências. Podemos pois admitir um *continuum* de situações, em que as duas dimensões (ocupacional/institucional) se conjugam dialecticamente, actuando em sentidos opostos: uma, no sentido do progresso e da abertura da instituição militar aos valores civis, procurando forjar uma autoridade mais racional, meritocrática, inovadora; outra, no sentido da conservação da ideologia corporativa, orientada por valores autoritários e paternalistas de raiz senhorial.

A consideração destes aspectos no estudo da instituição militar portuguesa não prescinde porém do vector histórico. Em particular no caso aqui em análise, quer o contexto colonial quer o contexto revolucionário assumem uma importância decisiva. O primeiro permitiu justificar a criação de uma força militar de características elitistas como os comandos, ao mesmo tempo que implicitamente se reconheceu a fragilidade e inoperância do exército convencional no combate à guerrilha. Por outro lado, as características originais da guerra colonial e a pretensa vocação nacionalista desta unidade fornecem aos actuais responsáveis argumentos para negarem qualquer tentativa de imitação dos pioneiros britânicos, seus homónimos, nascidos cerca de vinte anos antes, em plena guerra mundial⁽³⁾. O segundo, coincidindo com a perda das colónias, tornou-se um marco importante na história desta força militar, como período de *negação* desse passado, até então visto como o fundamento e o auge de um percurso recheado de testemunhos gloriosos. É por isso que, para uma análise das actuais tendências (ocupacionais/institucionais) no seio dos comandos, recorrendo ao sentido subjectivo das orientações dos seus actores, nomeadamente no que respeita às interacções com a sociedade global, é factor decisivo ter presentes essas duas temporalidades e a actual importância simbólica de que se revestem, se quisermos captar o sentido objectivo das suas práticas e atitudes no período da adaptação ainda em curso.

No âmbito das relações civis-militares entronca-se pois o problema da tendência para a profissionalização e modernização das F.A. nos estados democráticos. Tendência que, longe de ser um processo linear, é geralmente fonte de tensões no seio dos exércitos⁽⁴⁾ devido à oposição entre a tradicional vocação conservadora e «falta de capacidade para promover e aceitar inovações» (Carrilho, 1985:89), por um lado, e as inevitáveis necessidades dos recursos técnico-científicos disponíveis na sociedade civil tendentes a pressionar a formação e reconversão «profissional» do próprio corpo de oficiais, por outro.

No caso português, as tendências para a modernização, tendo em conta a persistência de carências sociais e econó-

(3) Destinados especialmente a operações-surpresa e acções de sabotagem nas fileiras do inimigo nazi, muitos destes grupos especiais de tropas, surgidos nos exércitos aliados durante a 2.ª Guerra Mundial, foram extintos após o final da guerra, tendo geralmente sobrevivido apenas as unidades ligadas à Marinha e Força Aérea, como os «Comandos Navais» e os «SAS — Serviços Aéreos Especiais» britânicos.

(4) ... e não poucas polémicas tem suscitado dentro e fora da instituição, o que paradoxalmente tem contribuído para uma certa aproximação entre civis e militares, visível por exemplo na reunião de representantes de ambos os sectores em colóquios e conferências sobre as Forças Armadas.

micas a exigir prioridade na repartição das despesas do Estado e os consequentes cortes orçamentais para as Forças Armadas, parecem debater-se com importantes obstáculos. É legítimo interrogarmo-nos até que ponto os militares portugueses serão capazes de fazer face à quebra de prestígio resultante da incompreensão social, enquanto as funções de defesa e segurança e as despesas públicas necessárias ao seu desempenho cabal forem determinadas por «critérios profissionais internos à instituição militar, cujos parâmetros ou fundamentos dependem muitas vezes de imposições da potência estrangeira hegemónica e não podem ser tornados públicos por razões ditas de segurança nacional». (Santos, 1985-a:35)

Até que ponto a ausência de consensos sociais e políticos nessa matéria não facilitará, no caso dos comandos, a sua resistência à modernização, mantendo-se intactas as características institucionais herdadas do colonialismo, auto-alimentando o mito da tropa «especial», de «elite», e a crença corporativa da especificidade inigualável?

3 — Glórias, Ressentimentos e Lealdades

Neste ponto, irei proceder a uma breve resenha histórica da «experiência vivida» pelos comandos nos dois períodos atrás referidos, entendendo-se que eles representam duas temporalidades distintas que ocuparam, e é de crer que ocupem ainda, um lugar central ao nível mítico-ideológico na memória colectiva da instituição, reflectindo-se no quotidiano dos seus membros, marcando-lhes os comportamentos, atitudes e representações sobre si próprios e face à sociedade envolvente. A especificidade dos comandos deve ser entendida essencialmente através do grau de adesão a esses valores institucionais, cuja importância na coesão e auto-valorização internas assentam no apelo constante a esse passado mitológico⁽⁵⁾. Paralelamente, torna-se importante ter em atenção o modelo organizativo que presidiu à criação desta tropa, no sentido de procurar perceber na sua génese uma estrutura hierárquica em que a coacção e o autoritarismo foram reconvertidos em relações de lealdade perante os superiores e de fé perante a doutrina institucional.

3.1 — A Acção de Combate na Guerra Colonial

A guerra colonial, dadas as suas características de guerrilha contra um inimigo «invisível», foi obviamente a razão última da criação dos comandos. Ela traçou os contornos das suas linhas de acção e definiu-lhes um modelo de organização

⁽⁵⁾ Não é possível, portanto, confirmar ou infirmar as características específicas desta tropa, em termos factuais e objectivos, dado que para tal impor-se-ia uma análise de tipo comparativo com outras forças militares, a qual está fora do âmbito deste estudo, circunscrito apenas aos comandos.

próprio, sem os quais não teria sido possível a rápida conquista de prestígio e a coesão corporativa revelada, quer no terreno de combate, quer na organização formal disciplinada.

O modelo de organização adoptado pelos comandos, que tinha por base a formação de grupos (de 25 homens) divididos em 5 equipas de 5 homens cada, procurou edificar uma estrutura hierárquica atribuindo uma importância significativa ao factor informal da liderança das equipas⁽⁶⁾.

A preocupação em proporcionar uma participação «espontânea» dos soldados de cada micro-unidade é hoje repetidamente sublinhada pelos oficiais como elemento decisivo na maior coesão e eficácia dos grupos.

147

«(...) tínhamos na ideia, como efectivamente se conseguiu, constituir os chefes naturais e os agrupamentos seguindo uma dinâmica natural de formação. (...) É sempre fácil arranjar grupos durante os programas de instrução: grupos para jogar à bola, ou quando se juntavam à vontade para arranjar as barracas, essa constituição acompanha a que mais alto rendimento dá na colaboração em combate, que no fundo é um trabalho comum sujeito a um 'stress' terrível e a altíssimos níveis emocionais.» (*Mama Sume*, s/d:16)⁽⁷⁾.

Este procedimento adquire uma importância decisiva, na medida em que permite criar no grupo um sentimento de participação efectiva de todos, favorecendo assim o reconhecimento da liderança. Ainda que possa contestar-se com o argumento de que essa espontaneidade é ilusória, o importante na reconversão de um poder coactivo e autoritário em autoridade legitimada é o factor *reconhecimento* e, assim, o que surge aos olhos dos soldados é uma forma de liderança «natural», de tipo carismático. É claro que não podemos esquecer o facto de os cursos serem ministrados no próprio terreno de combate, o que só por si apaga de certo modo a importância da hierarquia formal (Carrilho, 1985:74)⁽⁸⁾. Nos comandos, este estilo de liderança, conjugada com outros factores reveladores de consideração pelos subordinados, por exemplo, a alimentação melhorada, as instalações com um

⁽⁶⁾ A primeira Companhia de Comandos nasceu em 1962, em Angola, no lugar de Zemba, seguindo-se-lhe no ano seguinte a C.I.16 em Quibala-Norte. Ambas constituídas com o objectivo de «ministrar instrução intensiva de contra-guerrilha a grupos de combate a fim de se dispor de um núcleo devidamente especializado, aguerrido e moralizado, com valor táctico elevado para ser empregue em missões de combate difíceis e perigosas» in Caderno Especial — Documento, Revista *Mama Sume*, ed. Associação de Comandos, 1985. A «experiência» alargou-se rapidamente a Moçambique e Guiné, sendo a instrução geralmente efectuada nas zonas de combate.

⁽⁷⁾ Entrevista do 2.º Comandante da C.I.16 (Quibala-Norte) capitão Santos e Castro. O «chefe natural» é designado pelo conjunto da equipa no final do curso, podendo ser soldado ou cabo. Torna-se depois o colaborador mais «íntimo» da chefia formal (e efectiva), que é geralmente um Furriel.

⁽⁸⁾ Também Janowitz realça que «sob condições de combate, a autoridade baseia-se menos na hierarquia formal e mais na liderança pessoal e capacidade de criar solidariedade primária de grupo» (1971, Prologue-xix).

mínimo de conforto, etc., vem juntar-se a uma mística de auto-valorização, alimentada pelo reconhecimento social das suas missões de combate à guerrilha — quer pela elite militar e política na concessão de inúmeros louvores (ver Anexo A), quer pela opinião pública em geral, civil ou militar — favorecendo a reprodução de uma imagem interna de singularidade, que os levou a auto considerarem-se num nível muito superior de coesão, eficácia e capacidade física e psicológica, em comparação com o exército normal que eles próprios designam como «tropa macaca»⁽⁹⁾. Por outro lado, o facto de a hierarquia formal ser atenuada no terreno de combate não impede que as normas e valores institucionais se mantenham presentes em toda a sua dimensão. A organização formal e a ideologia, que alimenta toda a mística que envolve o corpo de comandos, foram cuidadosamente arquitectadas pelas altas chefias militares desde o seu nascimento. A estrutura hierárquica estende-se aos campos de instrução, à experiência de combate, e regressa ao quartel não diminuída mas, pelo contrário, reforçada. É como que o pôr em prática de um processo feito de inúmeros e complexos mecanismos (aparentemente informais) que têm a capacidade de transformar a própria coacção em dever legítimo e mesmo admiração e orgulho. O soldado comando sente-se compensado e até vaidoso pela dureza, risco e humilhações que passou durante a preparação. O seu ego sai reforçado e é visível o seu orgulho no aprumo da farda, na postura do corpo e no brilho do 'crachat' de comando. Foi assim que esta tropa alcançou glórias e medalhas e assimilou a ideologia corporativa apologeticamente divulgada no seu código de honra:

«O COMANDO ama as suas responsabilidades; sempre pronto a comandar e disposto a obedecer, não admite a suspeita de haver nos seus superiores a intenção de oprimi-lo ou de, por qualquer forma, o diminuir. Porque é sua constante preocupação agir como verdadeiro COMANDO, tem nos seus chefes ou comandantes a mais segura confiança e acrisolada fé.» (Código Comando)

O termo «tropa de elite» é geralmente recusado pelos oficiais (nas entrevistas realizadas), talvez por estar igualmente conotado com outras unidades «especiais» (por ex: pára-quadristas e fuzileiros). Eles não se consideram «de elite» mas apenas «diferentes», «únicos», «mais capazes», etc. Tentando vincar a diferença, deixam transparecer a convicção profunda de que a sua identidade própria se resume apenas num nome — *comandos*.

⁽⁹⁾ ... ou «pacaças», como se usava em Angola. Referência pejorativa por analogia com esses animais que fogem, correndo um para cada lado com medo, ao ouvirem o primeiro tiro.

3.2 — Os Comandos perante a Revolução de Abril

149

O regresso dos combatentes da missão africana processou-se, com a independência dos novos países, desde meados de 1974 até 1975. Apanhados de surpresa pela descolonização, decisiva na esfera político-militar do novo poder revolucionário, regressaram à pressa, trazendo na mochila histórias e façanhas gloriosas que exibiam uns aos outros⁽¹⁰⁾, mostrando a incapacidade «do preto» perante tanta sagesa e audácia na luta — «eles nunca teriam hipóteses frente a uma tropa como a nossa...». Homens de acção, formados e treinados segundo valores éticos de lealdade e disciplina, dificilmente poderiam compreender e aceitar a «anarquia» que a seus olhos reinava nas hostes militares do MFA e na sociedade durante o período «quente», a que o comandante em exercício nesta altura (1985) se referiu como «tempos da maluqueira»⁽¹¹⁾.

Mas, não obstante a resistência destes militares face ao discurso ideológico da esquerda radical, que neste período atravessou o exército (e não só), não deixou de se fazer sentir também no interior dos comandos o factor «anómalo» da insubmissão revolucionária.

A onda contestária atingiu em 1974 algumas companhias recém chegadas da Guiné, cujos soldados não compreendiam o adiamento da sua passagem à disponibilidade (saída da tropa), ensaiando tentativas de pressionar o comandante nesse sentido. Surgiram comunicados clandestinos de núcleos de soldados revolucionários. Era possível encontrar nessa altura um oficial-de-dia passando o tempo de serviço embrenhado na leitura de Mao-Tsé-Tung. O comandante do COP-CON (Otelo Saraiva de Carvalho) visitava a unidade regularmente e os críticos do então chefe máximo Jaime Neves não perdoavam a Otelo a sua «ingénua» confiança neste «falso» amigo do 25 de Abril.

Este período vertiginoso, despoletando paixões e movimentos colectivos imparáveis, não poderia deixar de provocar abalos nesta unidade militar, uma vez que a vaga contestária na sociedade se traduziu numa rejeição radical dos valores — Disciplina, Lei, Ordem, Obediência, Nação e Pátria — que a bandeira dos comandos sempre ostentara. Se a isso se juntar o anti-colonialismo e a tomada de consciência de que a guerra colonial tinha sido desnecessária e inglória, facilmente se compreende a quebra brusca de prestígio destes militares, perante uma sociedade (ou melhor, perante os movimentos populares e as formas políticas de esquerda, nesta altura política e ideologicamente hegemónicas), que agora parecia

⁽¹⁰⁾ Algumas delas escutadas pelo autor destas linhas, que neste período cumpriu serviço militar neste quartel, embora não sendo comando, e que se serve, neste ponto, dessa experiência de observador participante.

⁽¹¹⁾ Entrevista ao Coronel Pinho Bandeira, nesta altura Comandante do Regimento de Comandos, realizada em 10.7.1985.

envergonhar-se desse passado, onde os comandos se afirmaram como «glorioso» baluarte na defesa de uma «ordem» que entretanto se desmoronou.

Havia pois condições externas tendentes a reduzir a tradicional coesão interna: a participação pontual em acções do MFA, de que é exemplo a campanha de dinamização cultural no Nordeste, poderá ilustrar um momentâneo pendor popular, em contraste com a sua tradição *institucional*.

No dia 11 de Março de 1975 viveu-se grande agitação na unidade. Informações contraditórias puseram o quartel em ebulição: constava que o RALIS estava a ser atacado pela aviação e que os oficiais em reunião estavam divididos entre participar nesse ataque (posição supostamente defendida pelo Comandante) ou sair em defesa dessa unidade «revolucionária» (intenção que terá sido assumida por alguns comandantes de companhia). Alguns militares foram nesse dia sumariamente expulsos da unidade, e em fins de Julho do mesmo ano vários oficiais e soldados tentaram sanear o comandante Jaime Neves, tendo nessa altura Otelo Saraiva de Carvalho agido de forma aparentemente contraditória, ou seja, primeiro contra e horas depois a favor de Jaime Neves⁽¹²⁾.

Esta breve incursão histórica, sem pretensões de grande minúcia e profundidade, serve apenas para elucidar como a instabilidade social e política deste período saltou os muros deste quartel e abalou as suas características disciplinares, levando alguns sectores do corpo de oficiais a hesitar por vezes entre uma legitimidade institucional então debilitada e uma legitimidade revolucionária poderosa e devastadora. A «causa perdida» da guerra colonial embaciou as insígnias e medalhas conquistadas em nome da Pátria. A reconquista do prestígio militar passava agora por um comportamento apenas digno, se efectuado em nome do Povo. Daí as clivagens internas verificadas nessa altura. Por outro lado, o desespero de causa de alguns militares (soldados) desta unidade, evidenciado em atitudes de pura violência irracional (em bares e discotecas da Amadora e Reboleira), só contribuiu para acentuar o *déficit* das honrarias que, aos olhos desse Povo, se tornou evidente desde que este saiu à rua em 25 de Abril de 1974 e os «gloriosos» combatentes começaram a regressar a casa.

As acções militares do 25 de Novembro em que os comandos tomaram parte⁽¹³⁾ vieram no entanto permitir uma

⁽¹²⁾ «Otelo Saraiva de Carvalho, depois de conversar com o grupo de oficiais e soldados saneadores, declarou-se imediatamente contra J. Neves, dizendo-lhe que tinha perdido a confiança nos seus homens. Mais tarde, porém, depois de ouvir a outra parte, fez autocrítica, dizendo que estava disposto a jogar os seus galões por Jaime Neves, que acabaria por ser reintegrado no Comando do Regimento» in: jornal «O EXPRESSO» de 1.12.1975:5.

⁽¹³⁾ O ataque vitorioso ao quartel da P.M. que resistiu durante algumas horas à nova conjugação das forças político-militares.

certa recuperação do «status» perdido, se não perante o Povo ou a «classe operária» (como o RALIS tivera até então), pelo menos perante o novo poder institucional nascido do reajustamento político então operado, embora talvez só visível no longo ou médio prazo.

Da observação efectuada nesta unidade, dois aspectos sobressaíram: o primeiro é o relativo cepticismo da instituição face a análises feitas por observadores civis e, por conseguinte, a constante desconfiança face à opinião pública; o segundo, derivado do anterior, é a grande preocupação revelada pelos oficiais em dar um boa imagem de si próprios para o exterior.

Para além dos necessários requisitos formais que é indispensável cumprir (pedidos de autorização por escrito, marcação de entrevistas, aguardar respostas, esperas), o observador «civil» está sujeito a perder horas para transpor a curta distância que separa a porta de armas do gabinete de comando. Aí se revela desde logo o carácter burocrático da Instituição Militar: os compassos de espera, a carga gestual e simbólica, as relações de mando/obediência, etc., aspectos que os militares desta corporação parecem cumprir até ao mais ínfimo pormenor, sintomático da carga *institucional* aqui em vigor:

«... o sargento da guarda cumprimenta com respeito, procura ligar ao gabinete do comando, o comandante está a passar revista, manda aguardar, faz telefonemas, o 2.º comandante não está, faz mais telefonemas, manda aguardar, dá ordens ao soldado, que se põe em sentido, vai a correr, regressa; mais telefonemas. Dirigimo-nos à 5.ª Secção acompanhados do soldado, apresentamo-nos ao capitão. Cumprimenta-nos com cordialidade (primeiro as senhoras...), pede que aguardemos, faz telefonemas, manda aguardar, finalmente dirigimo-nos ao gabinete do major, acompanhados do capitão. Ao virar duma porta, pára, dá passagem à senhora, manda seguir, subimos a escada atrás dele. Lá em cima espera e manda-nos passar. Aguardamos no corredor à entrada do gabinete do major. O capitão, depois da devida continência, pede para se retirar, com vénias e gestos de cordialidade. O major manda-nos entrar, olha para os documentos e certifica-se da autorização. Consulta o inquérito e fica reticente: «Há aqui perguntas um pouco duvidosas!... eu já estudei e trabalhei com inquéritos! Não sei se...» Respondemos que o inquérito já tinha sido aprovado pelo E.M.E. Pediu que aguardássemos. Foi ao comandante que iria ficar disponível dentro em pouco. Mais um quarto de hora de espera e finalmente estávamos junto à porta do gabinete de comando. Após a devida continência o major pede autorização e retira-se cordialmente. (...)» (Relatório da visita ao quartel em 10.07.85)

Nas conversas com os oficiais, desde o comandante aos subalternos, transparece geralmente o tom pedagógico (quase paternal) com que se procura mostrar a incorrecção de certas

4 — Os Comandos e a Sociedade Democrática: Institucionalização ou Profissionalização?

4.1 — A observação dos Comandos na intimidade

151

análises, quer as publicadas em «certo tipo» de jornais⁽¹⁴⁾, quer mesmo alguns estudos com pretensões científicas. As características «únicas» dos comandos justificam os repetidos avisos e conselhos de que é muito difícil conhecer esta tropa «a partir de meia dúzia de entrevistas aos oficiais», sublinhando-se a convicção de que «só quem cá anda há muitos anos está em condições de perceber...»; e além disso poderíamos «encontrar alguns oficiais mais renitentes em colaborar».

Embora em tempo de paz, os objectivos desta instituição continuam a ser, nas palavras do seu comandante, «formar e preparar homens para fazerem a guerra com a máxima capacidade e eficiência, desejarem fazê-la porque para isso estão psicologicamente motivados, serem capazes de conduzi-la com êxito, porque estão fisicamente preparados». A instrução continua a ser rigorosa como antes, pois aceitando-se o pressuposto de que «para defender a paz é preciso estarmos preparados para a guerra», justifica-se a máxima desta instituição: «Instrução difícil, combate fácil».⁽¹⁵⁾

Atravessar a parada (ou circular em seu redor, porque só é permitido o trânsito isolado a militares fardados e em passo de corrida) permite ao observador atento registar toda a carga mítico-simbólica que a cada passo nos surpreende no espaço do quartel, onde transparece o pendor *divergente* desta instituição. Faixas vermelhas estendem-se das paredes do refeitório viradas para o grande átrio interior (parada) com letras brancas monumentais, legíveis do extremo oposto, as quais já certamente gravaram no espírito de muitos soldados a frase indelével que exprimem: SEI! QUERO! POSSO!

Os comandos glorificam os seus mortos. Na fachada do edifício central, junto à porta de armas, o monumento «ao comando» — um soldado em posição de ataque, de arma em riste — está rodeado pelas muitas dezenas de lápides com o posto, nome, lugar e data dos combatentes caídos na luta.

Mas a ideia de rigor e de eficácia organizativa que se pretende dar é visível de vários ângulos: desde a limpeza dos edifícios, o tratamento da relva, o asseio dos pavimentos, o brilho polido das estatuetas, até à simpatia e correcção do oficial que nos acompanha, passando pelas «paládas» firmes a estremecer junto à boina vermelha dos soldados que se cruzam impecavelmente equipados. Tudo é ordem e disciplina. Mas curiosamente, é uma disciplina «com ar sadio», onde não se vislumbram sinais de coacção ou medo da parte dos subordinados, mas antes, uma postura que mais traduz a vaidade e honra de ser *um verdadeiro comando*.

⁽¹⁴⁾ Subentende-se que a referência será para os jornais «de esquerda», ou outros manifestamente «anti-comandos».

⁽¹⁵⁾ Extractos da entrevista ao Coronel Pinho Bandeira, atrás citada.

Mesmo entre os oficiais, muitas vezes as nossas conversas no bar foram interceptadas com frases sonoras do tipo: «meu capitão dá-me licença?»; ou em presença de uma patente mais alta: «Vossa Senhoria, meu comandante, dá-me licença?» ...e isto passa-se praticamente cada vez que um oficial subalterno (ou um qualquer ordenança) entra no bar. E embora a cada continência do soldado corresponda um gesto vago de condescendência, ou mesmo uma total indiferença do oficial, embora a iniciativa do gesto parta sempre do posto mais baixo e seja mesmo susceptível de penalização o seu desrespeito, a grande maioria destes militares (70 a 75%) interpreta o acto de bater a pala como um cumprimento ou sinal de respeito, e apenas 25 a 30% admite tratar-se mais de uma obrigação disciplinar. Se nos lembrarmos do que se ensina logo no primeiro dia de tropa: a continência é o «aperto de mão» da vida civil, apercebemo-nos mais uma vez do alto índice de valores tipicamente militares vincados no subconsciente destes oficiais.

153

O cavalheirismo e a amabilidade que os oficiais comando deixaram transparecer no seu relacionamento connosco, juntamente com a disponibilidade e abertura na conversa informal (mostrando-se sempre abertos ao diálogo, quer sobre a instituição a que pertencem, quer mesmo sobre questões mais gerais de carácter social e até político), revelam uma certa preocupação em mostrar as suas qualidades intelectuais e capital cultural, talvez visando contrariar uma suposta imagem pública de que os comandos seriam constituídos por indivíduos ignorantes, brutos e potenciais mercenários que só pensam em violência. A ser aceite, esta ideia parece mostrar pelo menos alguns complexos de culpa ilustrativos da penetração na instituição dessa má imagem, cujas raízes remontam ao período colonial (1973), quando vieram a público notícias de populações chacinadas em Moçambique por companhias de comandos. A existência de ex-comandos que incorporaram grupos de mercenários actuando nas ex-colónias é por seu lado confirmada pela Direcção da Associação de Comandos⁽¹⁶⁾ de forma, aliás, bastante curiosa:

«Não é verdade nem nunca o foi que existam *comandos* actuando como mercenários em Angola e Moçambique. Os quatro ou cinco casos isolados que possam existir, são *ex-comandos*, isto é, comandos que quebraram o 'código comando'.» (Revista *Mais*, 1985)

Mas a afirmação visa acima de tudo contrariar acusações surgidas na imprensa, de que esta associação teria funções

⁽¹⁶⁾ A Associação de Comandos, que foi criada em 1975, procura preservar o culto dos valores tradicionais inscritos no Código Comando e tem trabalhado na reintegração dos seus associados na vida civil.

de recrutamento de mercenários postos ao serviço de interesses colonialistas. Uma nota «humanista» repetia-se em geral nos contactos com cada oficial comando, deixando transparecer o desejo de contrariar essa imagem pública do «potencial mercenário», evidenciando esse gesto, não só a sua absorção interna, como os seus efeitos subtis sobre as práticas individuais na relação com o exterior.

Nas páginas da revista editada por esta associação, *Mama Sume*, é possível detectar, nos temas predominantes no seu discurso, o elévado «espírito comando» que ali se procura preservar, traduzindo no fundo a visão corporativa da instituição sobre a sua acção quotidiana no seio da sociedade civil, pautada pela ideia mítica e sacralizada de um patriotismo exacerbado: (17)

«Porque, como nenhuns outros, sentimos a nossa Pátria querida, o Querer voluntário, abnegado e desinteressado do Espírito — *Mama Sume* — saltou dos nossos corações e das nossas veias para a praticidade da doação total — o Risco das nossas Vidas — para Servir, mais uma vez, Portugal e o Povo Português.

(...)

É preciso que esse Espírito viva em nós, em permanência, em todos os actos da nossa vida.

O Código Comando tem que estar bem vivo nas nossas Almas e no nosso Sangue.» (in *Mama Sume*, 1982:1)

É notório nos oficiais, a par do cavalheirismo e do orgulho evidenciado nas condecorações e medalhas (18), um certo espírito boémio — frequência de bares e discotecas, saídas com mulheres, etc. — e quanto ao enquadramento ideológico institucional, os registos da observação efectuada permitem afirmar que a adesão aos valores institucionais de Patriotismo, Espírito de Corpo, Cavalheirismo, sendo predominante, não deixa de conter nítidas diferenças de grau, visualizando-se alguns indícios de que as gerações mais jovens se aproximam mais dos valores democráticos e profissionais (Quadros 1 e 2).

Como atrás aludi, é tendo presente os dois períodos da vida desta instituição militar (período da Guerra Colonial e período revolucionário) que poderemos descortinar alguns aspectos reveladores das suas actuais formas de enquadramento na sociedade democrática e eventuais tendências ou

(17) Alguns títulos da revista *Mama Sume*, n.º 25/26, Junho de 1985:

Capa: «Os Músculos do Krelim», «Sendero Luminoso — A Última Guerrilha Maoísta»;

Editorial: «Aqueles que Não Regateiam Sacrificios»;

Outros: «Vietnam — A Vitória Traída», «A Regressão Geopolítica Portuguesa e o Ultramar», etc.

(18) Um daqueles com quem conversámos soma nada menos de seis cursos militares «de elite»: Operações Especiais, Pára-Quedistas, Comando, e outros tirados no estrangeiro, cada um deles confirmado nas insígnias ostentadas no camuflado de combate.

tensões internas, derivadas da oposição entre conservação/modernização, ou seja, da contradição entre os valores tipicamente militares e os novos valores profissionais-democráticos.

Uma vez que a análise se situa ao nível das relações civis-militares, irei equacionar o ponto de vista subjectivo dos oficiais-comando face à instituição de que fazem parte, por um lado, e as suas orientações face à sociedade global, por outro lado. Assim, procurarei articular os dois períodos históricos referidos com os eventuais indícios de mudança interna, quer no sentido de uma possível tendência de adaptação à nova configuração sócio-económica (efeito de integração ou dimensão *ocupacional*), quer os que apontam para um fechamento e rejeição dos valores dominantes na sociedade democrática (efeito de reacção ou dimensão *institucional*).

«Todos os comandos são voluntários... Embora à partida nem todos o sejam»⁽¹⁹⁾. De facto, só o juramento de honra efectuado no final de cada curso justifica esta afirmação, já que os critérios de selecção se processam com base nas características físicas e psicológicas dos recrutas e só posteriormente, no decorrer do curso, os que persistem na recusa têm a possibilidade de desistir ou fazer por «chumbar», reintegrando então a tropa normal. Os voluntários autênticos, espontâneos, são poucos, e os seleccionados que rejeitam a «ideia comando» passam de qualquer forma por um crivo onde é posta à prova a sua capacidade de adesão aos valores institucionais e de resistência à dureza das provas físicas que são realizadas diariamente ao longo do período de instrução.

Do inquérito realizado, vale a pena considerar alguns aspectos ilustrativos das representações que estes oficiais têm da sua instituição e do seu prestígio perante a sociedade.

QUADRO I

| Pe- ríodo Incorpor. | Mudança na Instituição Militar desde a Guerra Colonial até hoje | | | | | Período de maior prestígio | | |
|---------------------------|--|----------------|--------------|--------------------|--------------|-------------------------------|----------------|----------------|
| | Não houve | Para melhor | Para pior | N/melhor N/pior | Não resp. | Até 1973 | 1974/ /1975 | 1976/ /1985 |
| Até 1973 | 10% | 30% | 50% | 5% | 5% | 85% | 5% | 10% |
| 1974/1975 | 5% | 30% | 60% | — | 5% | 70% | 10% | 20% |
| 1976/1975 | 5% | 55% | 20% | 10% | 10% | 56% | 25% | 19% |

⁽¹⁹⁾ Entrevista do Coronel Pinho Bandeira à Revista *Mais*, 1985.

Dois aspectos ressaltam da leitura do quadro⁽²⁰⁾: a grande maioria dos oficiais partilha a opinião de que «as coisas mudaram» na instituição militar desde a guerra colonial e que o período anterior a 1974 foi o de maior prestígio dos militares. As diferenças de avaliação quanto às duas questões postas parecem justificar-se pelos anos de presença na instituição, o que tendencialmente aproxima os oficiais dos valores e normas internas, devendo a isso juntar-se o factor presença no terreno de combate e a autovalorização que daí se retira. Por isso, quanto ao prestígio da instituição, embora sendo considerado maior nesse período por todas as categorias, os mais antigos são mais contundentes a evidenciá-lo. Não deve no entanto deduzir-se que existe uma total correspondência entre os antigos combatentes das «picadas» africanas e a maior lealdade aos valores tipicamente institucionais. De facto, há que ter em conta que os incorporados em 1974/75 sofreram uma conjuntura de grandes tensões e clivagens, em que os comandos passaram por um período de forte contestação popular, sendo por isso legítimo acreditar que os que voluntariamente integraram este corpo especial nesse período se situariam num campo oposto à onda de contestação popular e revolucionária.

Ainda no que toca às orientações subjectivas dos oficiais, estas, comparando o modelo de organização da instituição militar com o da sociedade, revelaram maioritariamente que eles deveriam ser «semelhantes», tendência particularmente acentuada nos incorporados antes de 1974 (86%). Esta posição é no entanto contrariada pelas gerações mais jovens, que consideram (75%) que sociedade e instituição militar devem obedecer a «diferentes» princípios organizativos. Assim, poderemos concluir que os militares mais antigos gostariam de ver alargado à sociedade o modelo militar (já que o contrário está fora de causa, pois os valores militares são altamente partilhados), enquanto nos mais novos é clara a concepção contrária, apontando para uma maior sensibilidade face aos valores democráticos da sociedade civil.

Quanto aos factores de progresso (Quadro 2), vale a pena referir uma relativa coincidência de opiniões entre oficiais que participaram na guerra e os que frequentaram a Academia Militar, ambos os grupos atribuindo maior importância a aspectos como o «patriotismo», mais identificado com os

⁽²⁰⁾ A relação entre o período de incorporação e as atitudes dos oficiais, sendo um critério entre outros possíveis, justifica-se pelo facto de essa periodização ser, por um lado, coincidente com as três temporalidades que tenho vindo a referir e, por outro lado, porque desta forma se está ao mesmo tempo a considerar a dimensão etária como factor explicativo. O inquérito foi aplicado a uma amostra de 33 oficiais (Milicianos e de Carreira) num universo situado entre 150 e 180 indivíduos.

valores institucionais, enquanto a «liberdade», que aponta num sentido oposto, só assume clara importância para quem passou pela universidade ⁽²¹⁾.

QUADRO 2

Factores de Progresso na Sociedade

a) Pela participação na guerra colonial b) Pelo tipo de frequência académica

| <u>Participação</u> | <u>N. Participação</u> | <u>Acad. Militar</u> | <u>Cur. Sup. Civ.</u> | <u>Até 12.º Ano</u> |
|----------------------|------------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|
| <u>Disciplina</u> | <u>Trabalho</u> | <u>Trabalho</u> | <u>Liberdade</u> | <u>Trabalho</u> |
| <u>Patriotismo</u> | <u>Independência</u> | <u>Patriotismo</u> | <u>Disciplina</u> | <u>Independência</u> |
| <u>Independência</u> | <u>Liberdade</u> | <u>Independência</u> | <u>Instrução</u> | <u>Patriotismo</u> |
| <u>Trabalho</u> | <u>Instrução</u> | <u>Disciplina</u> | <u>Trabalho</u> | <u>Disciplina</u> |
| <u>Respeito</u> | <u>Disciplina</u> | <u>Instrução</u> | <u>Patriotismo</u> | <u>Liberdade</u> |
| <u>Liberdade</u> | <u>Iniciativa</u> | <u>Liberdade</u> | <u>Iniciativa</u> | <u>Respeito</u> |
| <u>Instrução</u> | <u>Patriotismo</u> | <u>Respeito</u> | <u>Independência</u> | <u>Iniciativa</u> |

157

NOTA: As categorias estão dispostas segundo uma ordem decrescente de importância (de cima para baixo), conforme o número de respostas afirmativas.

Enfim, os valores de ordem material ou profissional revelam-se pouco importantes nesta unidade. Como repetidamente os oficiais assinalaram, um comando ganha apenas mais quatrocentos escudos do que um oficial do mesmo posto na tropa vulgar. Aspecto também confirmado no inquérito com 70% a revelar como aspirações fundamentais «ter sorte» e «ter uma boa carreira militar», enquanto apenas 11% dá mais importância a «bens materiais» (como dinheiro, carro, etc.) e os restantes 19% estão mais preocupados com a «reconversão profissional na vida civil».

O elevado grau de assimilação da ideologia militar *institucional* alicerçada no interior deste corpo especial de tropas deriva em grande parte do passado histórico da instituição, que soube articular as concepções éticas e organizativas da sua génese com o tributo prestado ao Estado salazarista (cuja fórmula corporativa e essência ideológica eram aliás bastante *convergentes* com a instituição militar aqui em análise), recolhendo em troca o reconhecimento e prestígio cobrados à sociedade enquanto durou a guerra colonial e a doutrina nacionalista herdada de Salazar constituiu a ideologia oficial.

⁽²¹⁾ Estes dados são apresentados a título indicativo. Dada a alta margem de subjectivismo destas categorias, torna-se complexa a sua leitura conclusiva. O seu interesse ilustrativo só se verifica se tomado como um aspecto do conjunto da informação.

Difícil foi conservar esse prestígio e até a dignidade, quando o colonialismo e o regime político que lhe serviu de sustentáculo chegaram ao fim, colocados perante uma sociedade envergonhada dos seus antigos heróis. À ideia mitológica dos imbatíveis e patrióticos comandos, bruscamente caída por terra, seguiu-se o sentimento de despeito e da «honra perdida». Tal como os «venerados» heróis caídos em desgraça e ingloriamente humilhados, também esta força militar se mostrou nessa altura vulnerável face ao ímpeto contestatário, que então ousou «atirar ao lixo» os tradicionais valores *institucionais*, que lhe haviam conferido uma coesão e auto-estima aparentemente inabaláveis.

O prestígio e «status» dos comandos (tomados como actor colectivo) são de facto medidos em função da sua interacção com o exterior, ou seja, com a sociedade civil, ao nível das avaliações públicas que lhes são dirigidas e absorvidas no seu seio, influenciando no maior ou menor grau de auto-valorização interna. Com efeito, é internamente reconhecido o fraco prestígio de que actualmente dispõem. Isso é visível não só nas respostas ao inquérito como nas conversas tidas com os oficiais, onde chegou a ser posta em causa a actual existência dos comandos nos moldes organizativos em vigor e contestada a forma como alguns «trabalham para o louvor, apresentando relatórios, escritos pelos próprios, de acções desenvolvidas em África...» (entrevista realizada em 16.7.85). A luta pela medalha, que dá mais colorido ao uniforme e orgulho a quem o veste, é talvez uma forma de compensar a actual ausência de fontes de prestígio que substituam as antigas.

Se no período colonial a função do exército era clara aos olhos da sociedade, reconhecida e valorizada com tal, interna e externamente (pelas instituições estatais principalmente, mas também ao nível da sociedade civil), passada essa época histórica, tudo se torna mais confuso e nebuloso. Se isso se passa na instituição militar em geral, nos comandos, o papel de forças altamente treinadas para a luta anti-guerrilha torna-se ainda mais difícil de entender e aceitar em período de paz e sem inimigos internos visíveis. Indefinições deste tipo não podiam deixar de se fazer sentir no interior desta unidade, como se depreende da afirmação de um seu ex-comandante: «Não devemos esquecer que entretanto perdemos o berço onde fomos criados e demos os primeiros passos, passámos por um período revolucionário, por uma mudança de regime e temos um futuro não bem definido à nossa frente» (*Mama Sume*, 1982) ⁽²²⁾. Igualmente significativas foram as reacções

⁽²²⁾ Entrevista do Coronel Júlio Oliveira, ex-Comandante desta unidade.

de um grupo de oficiais reunidos no bar do quartel. Face à pergunta colocada, «quem é o inimigo?», diferentes opiniões se cruzaram na resposta: desde as mais oficiais (o Pacto de Varsóvia); às mais *institucionais* e talvez mais consentâneas com os comandos, que adiantaram a hipótese de uma imaginária (mas sempre possível) ocupação do território, em que eles seriam, é claro, os mais capacitados para combater; até às posições mais formalistas e ambíguas, «não nos cabe a nós definir o inimigo...» (23).

No entanto, se estes aspectos são reveladores de uma função mal definida ao nível formal e não reconhecida socialmente, não deixa de ser significativa a atenção que estes militares continuam a merecer por parte do Estado democrático, visível quer nas condecorações e louvores (Anexo A), quer, por exemplo, nas constantes chamadas à participação em cerimónias públicas. Talvez nesta articulação — comandos/instituição/sociedade — possamos encontrar alguns indícios do que constitui hoje o que poderemos designar por «função social não manifesta». De facto, a inclinação destes militares para valores éticos e patrióticos, a par de uma aparente indiferença por benefícios económicos (numa altura em que as Forças Armadas manifestam um certo descontentamento face às restrições materiais), parecem levá-los a assumir uma função de exemplo, sendo apresentados como uma espécie de «espelho do exército». O aparelho de estado oferece-lhes medalhas e permite-lhes exhibir os seus *traços distintivos* perante uma sociedade que já os contestou, ou pelo menos desconfiou do seu mérito, assegurando assim a lealdade de uma força bem organizada, com provas dadas em alturas tão decisivas como o 25 de Novembro de 1975.

Por outro lado, ao nível interno, embora os comandos deixem transparecer um certo auto-convencimento de que permanecem a reserva moral da Nação, homens dispostos a arriscar a vida para assegurar a paz e a defesa da Pátria, começam a surgir indícios, principalmente nas camadas mais jovens, de que o «status» perdido só poderá ser reconquistado com a reconversão da sua vocação de combate em complementos de carácter técnico, aprofundando conhecimentos de âmbito militar e procurando adaptar-se às novas exigências sociais, em que o conhecimento sobre a sua própria instituição (incluindo o interesse revelado por este estudo) parece ser sintomático. ■

(23) Entrevista colectiva no bar de oficiais em 16.7.85. Recorde-se a este propósito os exercícios desenvolvidos em Junho de 1985, na Serra da Gardunha, em conjunto com forças especiais de Espanha, designada «Operação COMANGOE 85» (Diário Popular de 19.6.85:12).

ANEXO A

TRANSCRIÇÃO DAS CONDECORAÇÕES

MEDALHA DE OURO DE VALOR MILITAR, COM PALMA

CONSELHO DA REVOLUÇÃO

Estado-Maior General das Forças Armadas

Considerando o louvor conferido pelo General Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas ao Centro de Instrução de Comandos da Região de Angola pela sua actuação naquela ex-colónia a partir do ano de 1969.

Considerando que se tratou de uma unidade de «elite», cujos actos praticados em combate, demonstrativos de grande valor e raro exemplo de abnegação, heroísmo e coragem, que prestigiaram o Exército e a Nação.

Considerando o que dispõem os artigos 6.º, 11.º e 68.º do Regulamento de Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto n.º 566/71, de 20 de Dezembro.

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 137.º, n.º 1, alínea b) da Constituição, o seguinte:

Artigo único — É condecorado o Centro de Instrução de Comandos da Região Militar de Angola com a medalha de ouro de valor militar, com palma.

Assinado em 19 de Fevereiro de 1979.

Publique-se.

O Presidente da República. — António Ramalho Eanes, general.

(O.E. n.º 8 — 2.ª série de 19FEV79)

MEDALHA DE OURO DE SERVIÇOS DISTINTOS, COM PALMA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Considerando o louvor concedido pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas à 32.ª Companhia de Comandos, pela sua actuação em Moçambique, nos anos de 1971 a 1973.

Considerando que se tratou de uma «subunidade de elite», cujos feitos «muito prestigiaram a Nação e o Exército», tendo sido qualificados de «extraordinários, relevantes e muito distintos»:

Considerando o que dispõem os artigos 24.º, 32.º e 68.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto n.º 566/71, de 20 de Dezembro:

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 137.º, n.º 1, alínea b) da Constituição o seguinte:

Artigo único — É condecorada a 32.ª Companhia de Comandos com a medalha de ouro de serviços distintos, com palma.

Assinado em 21 de Agosto de 1978.

Publique-se.

O Presidente da República, António Ramalho Eanes, general.

(O.E. n.º 21 — 2.ª série de 25AGO78)

ANEXO B

MEDALHA DE CRUZ DE GUERRA DE 1.ª CLASSE

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Decreto n.º 48409

A 3.ª Companhia de Comandos, do Comando territorial Independente da Guiné, desenvolveu ao longo de 22 meses intensíssima actividade nesta província, revelando-se sempre uma unidade de elite, extremamente agressiva, audaz e corajosa e de apurada técnica na luta subversiva. Integrada por elementos invulgarmente dotados da melhor preparação para o com-

bate e possuidores da mais elevada técnica em todos os aspectos de execução operacional — resultados de uma preparação inicial intensa, nunca abrandada na sua permanência na província —, ao seu espírito de corpo, nascido da total confiança na capacidade de todos os seus elementos, caldeados nos duros momentos de combate, se deve a audácia e o destemor demonstrados e os sucessos obtidos na execução de numerosas acções contra os mais difíceis objectivos, frequentes vezes constituídos por reduzidos efectivos, mas de excepcional eficiência.

Salientando-se pelo seu exemplar espírito de missão e pela constante e pronta voluntariedade para o combate, que sempre manifestou — utilizada pelo comando para o desempenho de qualquer tarefa, por mais difícil que ela se afirmasse —, apresenta a 3.ª Companhia de Comandos um significativo e brilhantíssimo historial, do qual sobressaem, pelo notável realce atingido, a captura ao inimigo de mais de uma centena de armas e de milhares de munições, bem como o elevadíssimo número de baixas que lhe infringiu e a apreensão de importante documentação, que, para além de ter proporcionado a obtenção de valiosos elementos para o conhecimento da organização e das possibilidades das forças de subversão, em muito contribuíram para o enfraquecimento da sua capacidade de combate e do moral.

Por tudo o que ficou exposto, a actividade da 3.ª Companhia de Comandos evidenciou méritos tais que lhe grangearam, de inteira justiça, a qualificação de excelente, pelo que a brilhante actuação desta unidade de elite, valorosa, audaz e abnegada, se revestiu de um lustre altamente honroso, o que a torna inteiramente merecedora da admiração e do reconhecimento do Exército, das outras Forças Armadas e da Nação.

Usando da Faculdade conferida pelo n.º 3 do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É condecorada a 3.ª Companhia de Comandos, do Comando Territorial Independente da Guiné, com a medalha de cruz de guerra de 1.ª classe, por satisfazer as condições referidas no artigo 13.º do Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 30 de Maio de 1968.

— AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — Manuel Gomes de Araújo — Joaquim da Luz Cunha — Joaquim Moreira da Silva Cunha.

Para ser publicado no Boletim Oficial de todas as províncias ultramarinas — J. da Silva Cunha.

(O. E. n.º 11 — 2.ª Série de 01JUN68)

O Estandarte Nacional ostenta as seguintes condecorações:

- Medalha de Ouro de Valor Militar com Palma;
- Medalha de Cruz de Guerra de 1.ª Classe;
- Medalha de Ouro de Serviços Distintos com Palma.

A legenda de Honra é a seguinte:

- Angola 1965-1975
- Guiné 1969-1974
- Moçambique 1969-1974

(O.E. n.º 10 — 1.ª Série de 31OUT81)

Elísio
Estanque

Referências Bibliográficas

- Bourdieu, Pierre 1982 *La Distinction*, Paris, Ed. Minuit
- Busquets, Júlio 1982 *Pronunciamientos y Golpes de Estado en Espana*, Barcelona, Ed. Planeta
- Carrilho, Maria 1984 *Forças Armadas e Mudança Política no Portugal do Século Vinte*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE
- Ferraz, C. Vaz 1982 *Nó Cego*, Lisboa, Bertrand
- 162 Fortuna, Carlos 1984 «On the Semiperipheral Zones of the World-Economy», Binghamton, Univ. de Nova Iorque (1)
- Huntington, Samuel 1964 *The Soldier and The State*, New York, Vintage Press
- Janowitz, Morris 1971 *The Professional Soldier*, New York, Free Press
- Kaplan & Lasswell 1979 *Poder e Sociedade*, Brasília, Ed. Univ. Brasília
- Lang, Kurt 1972 *Military Institutions and The Sociology of War*, Beverly Hills, Sage Pub. Inc.
- Lukes, Steven 1980 «Poder e Autoridade» in: *História da Análise Sociológica* (Org. Bottomore e Nisbet), Rio de Janeiro, Zahar Editora
- Mills, C. Wright 1981 *A Elite no Poder*, 4.ª Ed., Rio de Janeiro, Zahar Ed.
- Moskos, Charles C. 1984 «La nueva organización militar: institucional, ocupacional o plural?» in: *Iztapalapa* — Revista de Ciências Sociais y Humanidades, n.º 10-11, UAMI, (297-306)
- Pennac, Daniel 1976 *O Serviço Militar ao Serviço de Quem?*, Lisboa, Moraes Ed.
- Perlmutter, Amos 1982 *Lo Militar y lo Político en los Tiempos Modernos*, Madrid, Serv. de Pub. del E.M.E., Ed. Ejército
- Revista *Mais* 1985 Brochura reproduzida pela Associação de Comandos
- Revista *Mama Sume* s/d N.º especial, Associação de Comandos
- Revista *Mama Sume* 1982 18, Associação de Comandos
- Santos, Boaventura Sousa 1985-
-a) «Os Três Tempos Simbólicos da Relação entre as Forças Armadas e a Sociedade», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 15-16-17, Coimbra, C.E.S.
- Santos, Boaventura Sousa 1985-
-b) «Estado e Sociedade na Semi-Periferia do Sistema Mundial: O Caso Português», *Análise Social*, n.º 87-88-89 Lisboa, I.C.S.
- Smokovitis, D. 1984 «Anotaciones sobre las fuerzas armadas y la sociedad en Grecia», in: *Iztapalapa* — Revista de Ciências Sociais y Humanidades, n.º 10-11, UAMI (105-121)
- Van Doorn, J. 1975 *The Soldier and Social Change*, London, Sage Pub. Ltd
- Weber, Max 1982 *Ensaio de Sociologia*, Rio de Janeiro, Zahar Ed.
-